



O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) E A SUA EFETIVAÇÃO SEGUNDO PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA-PR

Sofia Neumann¹; Kellys Regina Rodio Saucedo², Dulce Maria Strieder³

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma reflexão a respeito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), uma análise dos Livros Didáticos do Ensino Médio e os resultados de uma pesquisa com os coordenadores pedagógicos das dez escolas do município de Santa Helena-PR, sobre a distribuição e a qualidade do Livro Didático, distribuídos no Ensino Fundamental. A pesquisa, de viés qualitativo, teve por instrumento de coleta de dados um questionário de perguntas abertas. O principal objetivo era compreender o grau de satisfação destes profissionais em relação à qualidade do Livro Didático. As respostas obtidas foram organizadas em categorias e os resultados analisados com base em bibliografia especializada sobre a temática. Os resultados indicam de que há certa dificuldade por parte do programa na distribuição do Livro Didático às escolas municipais, pois na última distribuição ocorrida em 2012 a maioria dos educandários não recebeu os títulos escolhidos pelos professores. Além disso, muitos desses não abordam os conteúdos de acordo com o currículo utilizado pelas escolas e pouco contribuem para o trabalho docente em sala de aula. Essa questão vem incorrendo em prejuízos para o processo de ensino e aprendizagem, pois tal recurso pedagógico nem sempre vem atendendo aos objetivos a que se propõem.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional do Livro Didático; Ensino Fundamental; Livro didático.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, tem o objetivo de distribuir gratuitamente livros didáticos, material didático complementar, dicionários e material em outras versões (Braille, MecDaisy e áudio) aos alunos das escolas públicas da Educação Básica. Estes livros podem ser consumíveis, quando distribuídos para a utilização dos alunos que ficarão com a guarda definitiva, ou reutilizáveis, distribuídos no início do ano letivo e ao final devem ser devolvidos pelo aluno.

A distribuição dos livros didáticos é realizada para todos os níveis da Educação Básica: Nível I – 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental; Nível II – 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental; Nível III – Ensino Médio. Assim como para públicos específicos como a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA) e o Programa Nacional do Livro Didático para o Campo (PNLD-Campo). Além disso, as escolas de Educação Infantil são beneficiadas com obras literárias para alfabetização na idade certa. O cronograma de atendimento do PNLD às escolas segue ciclos trienais alternados, intercalando os três níveis de ensino da Educação Básica.

A escolha do livro didático é realizada pelos professores e oficializada pelo Sistema do Material Didático (SIMAD), realizada pela internet. Para que todos os professores participem da escolha do Livro Didático as escolas recebem o Guia do Livro Didático, além disso, muitas editoras enviam às escolas diferentes exemplares para que possam ser analisados.

A partir desse material, os professores realizam sua escolha, porém este tempo nem sempre é suficiente, pois há um período muito pequeno entre a chegada do material às escolas e o período de formulação do pedido via internet. As escolas escolhem dois exemplares de cada disciplina e estes devem ser inscritos no programa como primeira e segunda opção, conforme ordem de classificação definida pela escola.

Como educadoras, acompanhamos nas escolas o trabalho de escolha do Livro Didático, mas identificamos que nem sempre são enviados às escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental os títulos escolhidos pelos educadores e muitos dos recebidos não estão de acordo com a proposta pedagógica desenvolvida pelas escolas. O que contrapõe a informação de outros níveis educacionais, por exemplo, segundo os educadores, das escolas de Ensino Médio os Livros Didáticos recebidos são os que foram solicitados ao PNLD.

Dessa forma, entrevistamos as coordenadoras pedagógicas das dez escolas do município de Santa Helena – Paraná, com o objetivo de conhecer como estas instituições de ensino vem percebendo a efetivação Programa do Livro Didático. Além de entrevistar os educadores de um colégio de Ensino Médio.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel-PR. sofianzang@hotmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel-PR. kellysregina.saucedo@gmail.com

³ Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (UNIOESTE), Cascavel-PR. dulce.strieder@unioeste.br



2 O PNLD

O Programa Nacional do Livro Didático vem se constituindo numa política que atende a alunos da escola pública da Educação Básica em todo o país. Visando compreender este programa, bem como a importância a ele atribuída, nos propomos a realizar um resgate histórico do mesmo.

Conforme o Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro (Pli), no ano de 1929 criou-se o Instituto Nacional do Livro (INL) com o objetivo de dar legalidade ao livro didático nacional e desenvolver sua produção. Na sequência, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que estabeleceu uma política que regulamentou a produção, circulação e o controle do livro didático. Em 1937 foi designada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), constituindo a primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País.

Em 1966, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a “Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) criaram a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), para coordenar, produzir, editar e distribuir 51 milhões de livros naquele ano” (BRASIL, 2014, p. 29). Durante o período da Ditadura Militar o Brasil realizou uma série de acordos com a USAID que destinava recursos financeiros ao país.

A partir dos anos de 1970 o Programa do Livro Didático foi coordenado pela Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Na década de 1980 a distribuição do material escolar teve uma ação de assistência ao estudante, promovida pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE).

No ano de 1985 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade de ensino, bem como a formação de leitores. A nova organização do programa trouxe várias mudanças, entre elas: “[...] indicação do livro didático pelos professores; reutilização do livro, fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e extensão da oferta de livros aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias” (BRASIL, 2014).

Em 1992 a distribuição de livros foi comprometida por motivos de orçamento e restringiu-se o atendimento até a 4ª série do Ensino Fundamental. Em 1996 foi constituída uma comissão para avaliação dos livros a serem adquiridos o que veio contribuir com a qualidade dos mesmos, para que não contivessem erros conceituais e abordagens que caracterizassem preconceito. Os livros que não se adequaram a estes critérios não podiam integrar o Guia do Livro Didático.

No ano de 1997 a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) foi extinta e a responsabilidade pela política de execução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi transferida para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Neste novo cenário, o programa foi ampliado e passou-se a adquirir, de forma continuada, livros didáticos para todos os alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental público. Outro elemento que comprova a ampliação da política pública do livro foi a implementação, em 1998, do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que inicialmente distribuiu acervo composto de 215 (duzentos e quinze) títulos às escolas públicas de ensino fundamental (BRASIL, 2014, p. 30).

Com o objetivo de promover a qualidade do processo educacional e a inclusão social, a partir do ano de 2001 o PNLD passou a atender de forma gradativa alunos com deficiência visual, distribuindo livros em Braille e áudio e alunos surdos receberam dicionários da Língua Brasileira de Sinais/Libras.

No ano de 2003 o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) distribuiu coleções de Literatura em minha Casa, Palavra da Gente, Biblioteca do Professor, Biblioteca da Escola e Casa da Leitura. No mesmo ano foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), implantado de forma progressiva a partir de 2004. Neste mesmo ano, com o objetivo de ampliar o acesso à democratização do material pedagógico e a consequente melhoria da qualidade de ensino, o programa fez a distribuição de dicionários e Atlas Geográficos para as escolas que possuísem EJA e turmas de 5ª a 8ª série do ensino regular.

No ano de 2009 foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), atendendo estudantes na fase de alfabetização. No ano de 2010 ocorreu uma nova organização do PNLD que passou a atender a todos os níveis da Educação Básica:

Em 27/01/2010 foi publicado o Decreto nº 7.084, que definiu novos procedimentos para execução dos programas de material didático: PNLD (livros didáticos e dicionários para a Educação Básica Pública), o PNLD-EJA (livros didáticos para a Educação de Jovens e Adultos) e PNBE (acervos para a Biblioteca Escolar). O PNLD passou a atender não só o ensino fundamental e a educação infantil, mas também o ensino médio, o que levou à extinção do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) (BRASIL, 2014, p. 31-32).



Hoje o Programa Nacional do Livro Didático é regido pela Resolução nº 42, do ano de 2012 e tem como objetivo:

- melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas, com consequente melhoria da qualidade da educação;
- garantia de padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas;
- democratização do acesso às fontes de informação e cultura;
- fomento à leitura e estímulo à atitude investigativa dos alunos;
- apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor (BRASIL, 2014).

O Programa atendeu o universo de escolas públicas nos anos de: 2004, 2005, 2007, 2008, 2010, 2011, 2013, 2014 e. A escolha do Livro Didático ocorre a cada três anos para atender alunos de um dos níveis de ensino. O programa repõe parcialmente os livros não consumíveis/reutilizáveis de acordo com o aumento do número de matrículas, perdas ou extravios de livros, esse processo é monitorado pelo Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (SISCORT). Além disso, ocorre a escolha e distribuição integral dos livros consumíveis.

Para a efetivação do Programa Nacional do Livro Didático, o MEC orienta que os professores devem se reunir para realizar a escolha do Livro Didático através do Guia do Livro Didático. Sobre esse momento do processo, Lajolo (1996, p. 9) ressalta que:

[...] escolha e uso de livro didático precisa resultar do exercício consciente da liberdade do professor no planejamento cuidadoso das atividades escolares, o que reforçará a posição de sujeito do professor em todas as práticas que constituem sua tarefa docente, em cujo dia-a-dia ele reescreve o livro didático, reafirmando-se, neste gesto, sujeito de sua prática pedagógica e um quase co-autor do livro.

Após a escolha, as escolas indicam uma primeira e uma segunda opção de coleções de Livros Didáticos e estas são inscritas no programa via internet. Porém, as escolas nem sempre recebem o Livro Didático escolhido e os que o substituem, muitos professores não os consideram adequados para implementar a proposta de ensino.

Na sequência, apresentamos o resultado das entrevistas realizadas com coordenadores pedagógicos realizada no mês de agosto de 2015, momento em que ocorre a escolha do Livro Didático nas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O LIVRO DIDÁTICO E OS CONTEÚDOS CURRICULARES NO ENSINO MÉDIO

Visando refletir a respeito das mudanças ocorridas em relação aos processos de seleção de conteúdos e conhecimentos na elaboração das Propostas Pedagógicas, analisamos a Legislação específica a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei Federal n. 9394/96, os Livros Didáticos e as Diretrizes Curriculares.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) instituído em 1985 possibilitou aos professores realizar a escolha deste recurso de apoio a sua prática pedagógica de forma democrática, conforme analisado anteriormente. A participação dos professores na elaboração das Propostas permitiu um avanço significativo que levou a melhoria da qualidade de ensino.

Após consulta dos professores das diferentes disciplinas do currículo escolar do Ensino Médio aos Livros Didáticos e a Legislação Educacional das diferentes instâncias Municipal, Estadual e Federal com o objetivo de identificar mudanças e permanências nos conteúdos ensinados nas diferentes esferas, suas opiniões foram coletadas. Apresentamos a seguir, os resultados da análise, segundo os professores:

1. Língua Portuguesa: As mudanças ocorridas no Livro Didático se referem a diferentes práticas do trabalho mais direcionado à ênfase nos gêneros textuais e atividades de interpretação de texto, com menor ênfase em gramática e quando esta é abordada é feita de forma integrada aos textos trabalhados.

2. História: Os conteúdos permanecem na mesma sequência, porém o trabalho é direcionado de forma mais reflexiva e com menos atividades de memorização. Conteúdos que abordam a diversidade cultural foram incluídos e valorizados a partir da Lei 10.639/03.



3. Geografia: Os conteúdos são abordados a partir da relação do homem com a natureza que através do trabalho vem transformação os diferentes espaços.

4. Matemática: Além de abordar a história da disciplina os conteúdos são tratados de forma contextualizada com exemplos de sua aplicabilidade no cotidiano.

5. Educação Física: As aulas eram desenvolvidas com foco em atividades de treinamento das diferentes modalidades esportivas. A partir da nova legislação e reformulação a disciplina agregou uma variedade maior de conteúdos, onde se dá maior ênfase a atividades que zelem pela qualidade de vida e saúde dos educandos com atividades que valorizem a participação de todos os educandos, respeitando as suas diferenças.

6. Sociologia: Uma das disciplinas que surgem a partir da LDB 9394/96 discute as teorias de forma contextualizada, onde os alunos são levados a refletir sobre as relações sociais e realidade dos educandos.

7. Arte: A partir da LDB 9394/96 se tornou uma área de ensino com conteúdos que abordam os diferentes períodos históricos onde os alunos devem ser educados para o saber artístico e estético de forma contextualizada.

8. Biologia; A disciplina que exigia a memorização de conceitos passou a levar o aluno a compreender o ser humano integrado à natureza, tratando sobre questões de qualidade de vida dos educandos.

9. Física: A Física Moderna é trabalhada com atividades menos mecânicas, pois aborda os avanços tecnológicos, onde o aluno é levado a refletir sobre os fenômenos do cotidiano.

10. Química: Os conteúdos são abordados de forma contextualizada para que o aluno perceba a importância da disciplina e sua aplicabilidade em situações do cotidiano.

Além disso, os mesmos indicam filmes e sites de pesquisas onde professores e alunos podem aprofundar o conteúdo trabalhado. Outro ponto a ser considerado é a questão que estes livros trabalham as novas temáticas que precisam ser abordadas pela escola conforme estabelece a Lei 11.645 de 2008, no Art. 26 que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”.

Candau (2003) ressalta a necessidade de:

[...] apoiar o processo de revisão dos livros didáticos de modo a resgatar a história e a contribuição dos afrodescendentes para a construção da identidade nacional [...] Apoiar o processo de revisão dos livros didáticos de modo a resgatar a história e a contribuição dos povos indígenas para a construção da identidade nacional. (p. 164 -166).

Os educadores também apontam que os livros que escolheram e indicados ao PNLD foram recebidos na distribuição realizada no ano de 2014. Dessa forma, o Programa vem atendendo o objetivo proposto.

3.2 O LIVRO DIDÁTICO NOS ANOS INICIAIS

Visando preservar a identidade dos participantes da pesquisa, nos referimos as escolas com a sigla E1 até E10, totalizando o universo de coordenadores pedagógicos entrevistados nas instituições de ensino do município. A primeira questão respondida pelas direções ou coordenadoras pedagógicas das escolas entrevistadas foi sobre o Livro Didático que a escola recebeu a partir da última escolha realizada pela escola. As respostas das educadoras foram organizadas em duas categorias, descritas a seguir:

Quadro 1: Livros recebidos pela escola em 2013.

Categorias	Subcategorias	Escolas
A. A escola recebeu o Livro que foi escolhido pelo professor	1ª opção	
	2ª opção	E5, E6
B. A escola recebeu um livro diferente do qual escolheu		E1, E2, E3, E4, E7, E8, E9

Fonte: As autoras.

As respostas das educadoras em relação ao Livro Didático recebido pela escola a partir da última escolha realizada aponta que a maioria não recebeu o título indicado pela escola. As escolas E5 e E6 receberam a 2ª opção, indicando que o livro recebido foi um dos escolhidos pelos professores. Outra questão que destacamos é a afirmação feita pela coordenadora da escola E3 que declarou: “Na verdade não tivemos a opção de escolher”. A educadora destaca que sua escola não participou da escolha do Livro Didático.

Questionamos as coordenadoras se a quantidade de Livros Didáticos recebidos pela escola foi suficiente para atender a demanda da escola. As respostas foram organizadas em três categorias.

**Quadro 2:** A quantidade de Livros Didáticos recebidos atendeu a demanda

Categorias	Escolas
A. Atendeu a demanda	E1, E2, E3, E4, E9
B. Faltou para o 1º ano	E5, E7, E8
C. Não atendeu a demanda	E6

Fonte: As autoras.

Conforme o quadro acima, cinco das escolas receberam o número suficiente de Livros Didáticos, enquanto três coordenadoras apontaram ter faltado o livro do 1ª ano e uma afirmou que a demanda não foi atendida. A quantidade de livros recebidos pela escola é definida pelo número de matrículas registradas no Censo Escolar, porém como ocorrem transferências de alunos e muitas vezes aumentos significativos em algumas turmas a quantidade de livros pela escola não é suficiente.

Ao final da entrevista solicitamos que os participantes da pesquisa falassem livremente sobre a qualidade do Livro Didático recebido pela escola em 2013. As respostas foram organizadas em três categorias, apresentadas a seguir:

Quadro 3: Qualidade do Livro Didático recebido pela escola

Categorias	Escolas	Respostas representativas
A. Conteúdos pouco aprofundados.	E3, E4, E6, E7, E8, E9	<p>“Não foi bem aceito, conteúdo muito fraco, o bom é que cada aluno pode ter o seu e respondê-lo” (E3).</p> <p>“Os conteúdos ficam fora do exigido pela AMOP⁴” (E6).</p> <p>“Os conteúdos para algumas séries [anos] e muito aprofunda de, e outros deixa a desejar” (E4).</p> <p>“Os livros que recebemos não atendem a proposta do Currículo, deixando a desejar” (E9).</p>
B. O Livro de Língua Portuguesa e Matemática são bons.	E1, E2, E5	<p>“O de Língua Portuguesa e Matemática são bons, mas das outras disciplinas, não foi a contento, por isso são pouco usados” (E1).</p> <p>“O de Matemática e de Língua Portuguesa é bom” (E5).</p>

Fonte: As autoras.

Através das falas das educadoras percebemos que o Livro Didático recebido pelas escolas nem sempre vem atendendo ao objetivo estabelecido pelo programa. Das entrevistadas, três escolas se referem ao Livro Didático de Língua Portuguesa e Matemática como um bom livro e que é empregado durante as aulas.

Seis afirmaram que o livro recebido pela escola “Não foi bem aceito [...]”, isso nos remete a primeira questão apresentada nesta pesquisa em que a escola E9 afirmou que os livros recebidos não atendem a proposta, essa declaração também foi formulada pela escola E3 que ressaltou ter recebido um livro diferente do que escolheu. Além disso, essa mesma coordenadora afirma que “[...] o bom é que cada aluno pode ter o seu e respondê-lo”, essa questão nos leva a refletir sobre a importância atribuída pelos professores ao Livro Didático.

Outra fala que consideramos relevante para esse estudo é a fala da coordenadora da escola E4 que declara que os conteúdos são muito aprofundados. Nesse aspecto, destacamos a necessidade de uma avaliação criteriosa pelo PNLD, observando o grau de dificuldade e coerente distribuição dos conteúdos para cada ano de escolarização, ou ainda, que seja observada a primeira escolha das escolas.

4 CONCLUSÃO

Durante os anos de vigência, o programa PNLD vem atendendo a estudantes da escola pública, porém, ressaltamos que o mesmo precisa ser aprimorado, pois nem sempre a escolha realizada pelo professor é atendida. Quando os livros pedidos pelos professores são substituídos por outros, estes nem sempre atendem a proposta de trabalho da escola.

Apenas para ilustrar, no ano de 2013 o governo federal investiu de R\$1.115.887.346,61 na compra, avaliação e distribuição dos Livros Didáticos do PNLD, direcionados a Educação Básica. Desse recurso, R\$ 751.725.168,04 foram destinados ao Ensino Fundamental e R\$ 364.162.178,57 ao Ensino Médio. Nesse ano o

⁴ Documento que orienta o trabalho pedagógico das escolas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental do município de Santa Helena, região oeste do Paraná, é o *Currículo Básico para Escola Pública Municipal Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)*, elaborado pelo Departamento de Educação da Associação dos Municípios da região Oeste do Paraná (AMOP). Foi publicado em 2007 e durante três anos foi aplicado pelos educadores, sendo avaliado e rediscutido em 2010, quando passou por nova editoração e, no ano de 2014, passou por outra reorganização editada em 2015.



Ministério da Educação e Cultura (MEC) adquiriu 132.670.307 livros para atender 33.084.503 alunos (BRASIL, 2014).

Todo esse recurso financeiro foi aplicado durante o ano de 2013 e por meio desta pesquisa constatamos na fala das educadoras, que muitas escolas não empregam o Livro Didático enviado pelo PNLD, buscando encontrar através de outras fontes de pesquisa o que este recurso de apoio ao professor não oferece.

A partir das falas dos educadores do Ensino Médio, percebemos que houve uma mudança significativa na organização dos conteúdos abordados pelo Livro Didático na versão recebida pelas escolas em 2014. Essa nova reorganização vem atendendo a demanda nesse nível de Ensino.

Dessa forma, percebemos nesses dois níveis de ensino um discurso diferenciado. Enquanto os educadores do Ensino Médio consideram que houve uma melhora significativa na organização dos conteúdos, os educadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental apontam uma série de dificuldades na distribuição e qualidade do Livro Didático.

Consideramos que o programa vem obtendo melhorias relevantes para a educação, porém precisa ser melhorado para atender a necessidade das propostas de ensino das escolas. O MEC deve fortalecer a avaliação criteriosa dos Livros Didáticos habilitando-os para que participem do processo de escolha somente os livros que tiverem uma proposta de trabalho de acordo com as Diretrizes Curriculares. Além disso, o programa deve atender as escolhas feitas pelas escolas, para que os educadores possam receber o material que atenda as necessidades de sua realidade.

REFERÊNCIAS

Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP. Departamento de Educação. **Currículo Básico para a Escola Pública Municipal**: Educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais/coordenação Éder Menezes, Emma Gnoatto, Lúcia Vitorina Boggo Polidório, Marlene Lúcia Siebert Sapelli. – Cascavel: ASSOESTE, 2010.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) **Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro - PLi**/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 5a ed., atual. - Brasília: MEC, FNDE, 2014. Disponível em: http://cursos.fnde.gov.br/mdl07/file.php/36709/PLi_-_Caderno_de_estudos.pdf. Acesso em: 16 de ago. de 2015.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BRASIL. Lei. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, 11 mar. 2008. Brasília, 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 18 ago. 2015.

_____. **Dados estatísticos PNLD**. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em: 19 de ago. de 2015.

CANDAU, V. M. **Somos tod@s iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LAJOLO, M. **Livro Didático**: um (quase) manual do usuário. Em Aberto, Brasília, v. 16, n. 69, p. 3-9, 1996.